



Novembro/2015



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de texto da Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

As palavras que nos exprimem

Há palavras estrangeiras absolutamente necessárias para nossa comunicação, como é o caso de termos técnicos ligados à computação ou de vocábulos cujo sentido muito específico na língua original torna muito difícil, ou quase impossível, encontrar tradução adequada.

Mas é um tanto ridículo o abuso pretensioso de palavras estrangeiras, como "off" em dez de desconto, ou "free" em vez de grátis. Nos programas de congressos, em vez de se ler "Intervalo para café" ou, mais simplesmente, "Cafezinho", lê-se "coffee break". Aqui, o ridículo pesa de um modo especial. Tomar um cafezinho é um hábito brasileiro, é um momento de sociabilidade. Antes dos "shopping centers" (eis aqui uma expressão estrangeira já integrada em nossa vida), havia no país incontáveis "cafés" de rua, pequenos estabelecimentos que eram pontos de conversa amiga.

Desde o século XIX o Brasil teve boa parte de sua economia sustentada pelo café, exportou café para o mundo, criaram-se muitos postos de trabalho, fortunas se fizeram, exportamos, exportamos, exportamos – e de repente ele volta para nós importado, com sotaque americano, como prova de prestígio: "coffee break". É como se a matriz central devolvesse para a filial da periferia aquela banana importada que agora volta com selo de exportação para os que acham que em inglês tudo fica mais importante. Para aceitar aquilo que os estrangeiros possam ter de melhor não é preciso subestimar o que seja legitimamente nosso, e alimentar assim um tolo complexo de inferioridade.

(Adalberto Tolentino, inédito)

1. Quanto ao emprego de termos estrangeiros em nosso país, a posição do autor do texto consiste, resumidamente, em
- (A) abolir toda e qualquer palavra ou expressão cujo sentido técnico esteja fora do alcance do brasileiro.
 - (B) discriminar esse uso, justificando em cada caso a razão pela qual devem ou não ser evitados.
 - (C) acatar esse uso, desde que a razão disso seja o fato de não haver expressão similar em nossa língua.
 - (D) tolerar essa prática, uma vez que ela já está arraigada no uso comum do falar brasileiro.
 - (E) acolher os vocábulos que constituírem uma espécie de apropriação de palavras do português.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No 1º parágrafo, o autor sugere que sempre é possível encontrar numa determinada língua uma expressão cujo sentido seja equivalente ao de uma expressão de outra língua.
 - II. No 2º parágrafo, o emprego da palavra *cafezinho*, no lugar da expressão "coffee break", é apresentado como exemplo de uma forma de nacionalismo exacerbado e, até certo ponto, injustificável.
 - III. No 3º parágrafo, a importância histórica do café em nossa economia e em nossa cultura é ressaltada pelo autor do texto para mostrar o ridículo do emprego da expressão "coffee break".

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão em:
- (A) *cujo sentido muito específico na língua original* (1º parágrafo) = uma significação que torna criativa a língua de que proveio
 - (B) *é um tanto ridículo o abuso pretensioso* (2º parágrafo) = é algo risível o uso indiscriminado e afetado
 - (C) *pontos de conversa amiga* (2º parágrafo) = intervalos de tolerância recíproca
 - (D) *a filial da periferia* (3º parágrafo) = a sucursal das vizinhanças
 - (E) *não é preciso subestimar* (3º parágrafo) = não carece de se vangloriar

4. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O autor não se revela que sua posição esteja inteiramente intolerante diante dos estrangeirismos, uma vez que chega a justificá-lo dependendo do que for o caso.
 - (B) Foi especialmente o emprego da expressão "coffee break" onde o autor se mostrou irritado, de vez que o uso de "cafezinho" seria inevitavelmente melhor.
 - (C) Conquanto mostre plena relutância ao se valerem de termos estrangeiros, o autor não o evita de fazer em casos específicos, tal como o dos tecnológicos.
 - (D) Ao aceitar o emprego de termos estrangeiros quando estes não tiverem tradução satisfatória, o autor mostra que não é um purista em defesa da língua portuguesa.
 - (E) O prestígio de que alguns acenam para o uso de palavras inglesas é visto como injustificável na ótica do autor do texto quando se refere a este linguajar.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Vincula-se ao nosso antigo complexo de povo colonizado hábitos como o que nos leva ao emprego indiscriminado de termos estrangeiros.
- (B) Somente no caso de haverem razões plenamente justificáveis admite-se, na opinião do autor do texto, o uso de vocábulos estrangeiros.
- (C) Constam nos programas de congressos acadêmicos, como se fosse natural, chamamento em inglês para o nosso brasileiroíssimo cafezinho.
- (D) O emprego de termos estrangeiros cujas acepções originais não têm tradução adequada conta com o respaldo do autor do texto.
- (E) Aquilo que os estrangeiros parecem dizer melhor, com palavras mais apropriadas, quase sempre encontram perfeita tradução em nosso idioma.

6. Está plenamente adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) Há vocábulos estrangeiros em cujo emprego se faz desnecessário, uma vez que nossa língua conta com termos de que o sentido traduz plenamente o daqueles.
- (B) O abuso no emprego de estrangeirismos, ao qual o autor se bate, é um mal em cujo reconhecimento pouca gente é capaz.
- (C) Nossas exportações de café, às quais tanto devemos, levaram a outros países um hábito cujo cultivo tornou-se parte de nossa identidade.
- (D) Um hábito ridículo, do qual muita gente se curva, está no emprego abusivo de palavras estrangeiras, nas quais se atribui um prestígio maior.
- (E) Há expressões estrangeiras, como "shopping center", onde o uso se justifica plenamente, uma vez que nomeiam realidades em que o estabelecimento se deu em outros países.

7. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:

- (A) A menos que sejam absolutamente indispensáveis, não se devia empregar palavras estrangeiras quando houver no vernáculo termos equivalentes.
- (B) A menos que encontre forte justificativa, o emprego de palavras estrangeiras deve ser evitado, até porque é ridículo atribuir mecanicamente prestígio ao que vem de fora.
- (C) Não fosse o café, nossa economia não terá se beneficiado com as volumosas exportações, e o nosso desenvolvimento social estaria ocorrendo em outro ritmo.
- (D) Seria um tolo complexo de inferioridade a razão pela qual muitos de nós emprestássemos mais prestígio a termos estrangeiros do que aos que pertencessem ao nosso idioma.
- (E) Muitos ainda julgam que a simplicidade de uma palavra como "cafezinho" não esteja à altura de eventos a que se pretendesse conferir grandeza e solenidade.

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 10, considere o texto abaixo.

Quero deixar aqui, entre parêntesis, meia dúzia de máximas das muitas que escrevi por esse tempo. São bocejos de enfado; podem servir de epígrafe a discursos sem assunto:

Suporta-se com paciência a cólica do próximo.

*

Matamos o tempo; o tempo nos enterra.

*

Um cocheiro filósofo costumava dizer que o gosto da carruagem seria diminuto, se todos andassem de carruagem.

*

Crê em ti; mas nem sempre duvides dos outros.

*

Não se compreende que um botocudo fure o beijo para enfeitá-lo com um pedaço de pau. Esta reflexão é a de um joalheiro.

*

Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens, que de um terceiro andar.

(Machado de Assis, **Memórias póstumas de Brás Cubas**, capítulo CXIX)

8. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O texto de Machado de Assis constitui-se de frases avulsas, criadas pelo autor, e cada uma delas se apresenta com o aspecto característico de provérbios populares.
- II. Numa das máximas, um cocheiro entende que o prazer advindo do uso de uma carruagem perderia muito caso esse uso deixasse de ser um privilégio de uns poucos.
- III. A reflexão de um joalheiro, numa das máximas, leva a crer que ele condena o referido hábito dos botocudos porque ele é contra o uso vaidoso de adereços.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) II.

9. Considerando-se aspectos construtivos do texto, é correto afirmar que

- (A) a máxima *Suporta-se com paciência a cólica do próximo* apresenta uma forma verbal na voz passiva.
- (B) a máxima *Crê em ti; mas nem sempre duvides dos outros* constitui-se de duas orações com sujeitos distintos.
- (C) em *Matamos o tempo; o tempo nos enterra* há ocorrência tanto da voz ativa como da voz passiva.
- (D) em *Não te irrites se te pagarem mal um benefício* o termo *benefício* assume a função de sujeito.
- (E) em *antes cair das nuvens, que de um terceiro andar* o termo sublinhado está indicando anterioridade.



10. Ocorre pontuação plenamente adequada na frase:

- (A) Criador de frases ferinas, Machado de Assis aproveitou-se dessa qualidade para, num romance famoso, compor um capítulo unicamente com aforismos, sempre bem-humorados e argutos, entre os quais alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (B) Criador de frases ferinas Machado de Assis, aproveitou-se dessa qualidade, para num romance famoso compor um capítulo unicamente com aforismos, sempre bem-humorados e argutos, entre os quais, alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (C) Criador de frases ferinas, Machado de Assis, aproveitou-se dessa qualidade para num romance famoso compor um capítulo, unicamente com aforismos, sempre bem-humorados, e argutos entre os quais alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (D) Criador de frases ferinas, Machado de Assis aproveitou-se dessa qualidade, para num romance famoso, compor um capítulo, unicamente com aforismos sempre bem-humorados, e argutos, entre os quais alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (E) Criador de frases ferinas Machado de Assis aproveitou-se dessa qualidade, para num romance famoso compor um capítulo, unicamente com aforismos, sempre bem-humorados, e argutos entre os quais, alguns que volta e meia são citados até hoje.

Noções de Informática

11. O navegador Internet Explorer 9 oferece alguns recursos de segurança, dentre os quais se encontra:

- (A) Conexão segura (XSL) de 64 bits, que pode ajudar a proteger o usuário contra ataques de *phishing online*, fraudes e sites falsos ou mal-intencionados.
- (B) Gerenciador de Complementos, que permite que o usuário veja com facilidade o verdadeiro endereço do site da web que está visitando. O verdadeiro domínio que se está visitando é realçado na barra de complementos.
- (C) Realce de domínio Active XSS, que permite que o usuário desabilite ou permita complementos do navegador da web e exclua controles Active XSS indesejados.
- (D) Filtro Cross-Site Scripting (XSS), que pode ajudar a evitar ataques de *script* entre sites, que comprometem sites legítimos com conteúdo mal-intencionado.
- (E) Filtro do SmartScene para usar sites seguros. Este recurso ajuda o Internet Explorer a criar uma conexão criptografada com sites de bancos, lojas online ou outras organizações que lidam com informações confidenciais de clientes.

12. A Central de Facilidade de Acesso é um local central que o usuário pode usar para definir as configurações e os programas de acessibilidade disponíveis no Windows 7. Embora haja diversos recursos disponíveis na Central de Facilidade de Acesso, o Windows 7 NÃO oferece

- (A) o programa Lupa, que permite a ampliação da tela para facilitar a leitura. Além disso, as cores podem ser ajustadas para melhorar a visualização.
- (B) o programa Teclado Virtual, que permite o uso do mouse ou de outro dispositivo para interagir com um teclado exibido na tela.
- (C) o programa Calibra, que permite configurar a tela para entrada por toque, caneta ou pelo piscar de olhos, de forma a facilitar a interação do usuário com o uso das mãos em um tablet PC.
- (D) recursos que permitem substituir os sons do sistema por alertas visuais e exibir legendas de texto para o diálogo falado em programas de multimídia.
- (E) o programa Narrator, que faz a leitura das informações da tela. Além disso, oferece o Reconhecimento de Fala que permite controlar o computador com comandos de voz, além de permitir ditar texto para programas.

13. Um Analista do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe precisa salvar um arquivo que acabou de editar no Microsoft Word 2010, em português, com uma senha de proteção. Para isso, ele deve clicar na opção Salvar como da guia Arquivo e, na janela que se abre,

- (A) clicar em Ferramentas, depois em Opções Gerais..., digitar uma senha no campo Senha de proteção, clicar no botão OK, confirmar a senha, clicar no botão OK e clicar no botão Salvar.
- (B) escolher a opção Salvar com senha, digitar uma senha no campo Senha de proteção e confirmar a senha. O salvamento é automático.
- (C) clicar em Opções Gerais de Salvamento..., digitar uma senha no campo Senha de proteção e clicar em OK.
- (D) clicar em Ferramentas, depois em Opções de Configuração de Senha..., digitar uma senha no campo Senha e confirmar a senha.
- (E) clicar em Opções de Salvamento..., depois em Gravar senha, digitar uma senha no campo Senha de proteção e confirmar a senha, clicar no botão OK e clicar no botão Salvar o arquivo com senha.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

14. Manoel, servidor público do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, permitiu que empresa utilizasse bem pertencente ao Tribunal, sem a observância das formalidades legais aplicáveis à espécie, gerando prejuízos aos cofres públicos. No entanto, sua conduta foi praticada de forma culposa, ou seja, sem intenção de praticar ato ímprobo ou mesmo de causar qualquer lesão ao erário. No caso narrado, a conduta de Manoel

- (A) não caracteriza ato ímprobo, no entanto, Manoel será responsável por ressarcir o prejuízo causado aos cofres públicos.
- (B) não caracteriza ato ímprobo, haja vista ter sido culposa, não havendo responsabilidade em ressarcir o prejuízo causado aos cofres públicos.
- (C) caracteriza ato ímprobo, não importando, para sua configuração, a ocorrência de prejuízo ao erário.
- (D) não caracteriza ato ímprobo, haja vista a ilegitimidade de Manoel.
- (E) caracteriza ato ímprobo, haja vista que, para a configuração do ato ímprobo em questão, a conduta tanto pode ser culposa quanto dolosa.



15. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe instaurou processo administrativo disciplinar contra Marcia, servidora do respectivo Tribunal. Embora tenha sido regularmente citada, a servidora não apresentou defesa no prazo legal, razão pela qual foi considerada revel. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, para defender a indiciada revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter
- (A) o segundo grau completo, não importando se o grau de escolaridade é igual ou inferior ao de Marcia.
- (B) grau de escolaridade superior completo, não importando se o grau é igual ou inferior ao de Marcia.
- (C) nível de escolaridade obrigatoriamente superior ao de Marcia.
- (D) nível de escolaridade igual ou superior ao de Marcia.
- (E) nível de escolaridade necessariamente igual ao de Marcia.
-
16. João, servidor público e chefe de determinada repartição, em razão de circunstâncias de índole social, delegou ao seu subordinado, Elias, a edição de atos de caráter normativo, evitando, assim, prejuízos aos administrados. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 9.784/1999, a conduta de João está
- (A) incorreta, pois a matéria em questão não pode ser objeto de delegação.
- (B) correta, sendo possível a delegação no caso narrado.
- (C) correta, haja vista que, independente de ser possível ou não a delegação, deve sempre prevalecer o interesse dos administrados.
- (D) incorreta, pois a delegação não é transferida a subordinados.
- (E) incorreta, pois circunstâncias de índole social não justificam a delegação em nenhuma hipótese.
-
- Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe**
17. Gabriel é juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Considerando que ele, não é substituto e que já faz parte da composição do Tribunal por dois biênios consecutivos, quando terminar este último biênio Gabriel
- (A) poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, apenas em classe diversa e quando transcorrer três anos do término do segundo biênio.
- (B) poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na mesma classe ou em classe diversa, imediatamente após o término do segundo biênio.
- (C) poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, apenas em classe diversa e quando transcorrer dois anos do término do segundo biênio.
- (D) só poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na mesma classe ou em classe diversa, quando transcorrer um ano do término do segundo biênio.
- (E) só poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na mesma classe ou em classe diversa, quando transcorrer dois anos do término do segundo biênio.
-
18. No tocante a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, considere:
- I. Exercerá a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral um dos seus Juízes integrantes da classe de Desembargador, eleito por dois anos, vedada a recondução.
- II. Para a eleição do Presidente do Tribunal exigir-se-á a presença de todos os seus Membros.
- III. Em caso de empate, considerar-se-á eleito o Desembargador mais idoso no Tribunal de Justiça ou o mais antigo, em persistindo o empate.
- IV. Incumbe ao Presidente do Tribunal designar os titulares das Chefias dos Cartórios Eleitorais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.
-
19. NÃO compete ao Corregedor Regional Eleitoral
- (A) designar, nas Comarcas onde houver mais de uma Zona Eleitoral, o Juízo competente para cumprimento das cartas rogatórias, de ordem e precatórias.
- (B) solicitar ao Chefe do Ministério Público local, a indicação do Substituto nos casos de inexistência de Promotor que officie perante a Zonal Eleitoral, impedimento ou recusa injustificada.
- (C) investigar se há crimes eleitorais a reprimir e se os processos em andamento têm curso normal.
- (D) conhecer as reclamações, queixas ou representações apresentadas contra os Juízes Eleitorais, encaminhando-as, com o resultado das sindicâncias a que proceder, ao Tribunal.
- (E) receber e mandar processar as reclamações contra Escrivães e Servidores, decidindo-as como entender de direito ou remetendo-as ao Juiz Eleitoral competente para o processo e julgamento.
-
20. Hipótese de fraude em proporção comprometedora no alistamento eleitoral, compreende a classe
- (A) Prestação de Contas.
- (B) Reclamação.
- (C) Correição.
- (D) Revisão de Eleitorado.
- (E) Apuração de Eleição.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Sobre os juízes de paz, com base no texto constitucional vigente, é INCORRETO afirmar:

- (A) Têm mandatos de quatro anos.
- (B) Somente podem ocupar a função os maiores de vinte e um anos.
- (C) Deverão ser filiados a partido político para concorrer ao cargo.
- (D) Exercem, por delegação da autoridade judicial competente, atividades de natureza jurisdicional.
- (E) São eleitos pelo voto direto, universal e secreto.

22. Os Deputados Federais e os Senadores não poderão, desde a expedição do diploma:

- (A) Ser proprietários de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público.
- (B) Firmar contrato com banco público integrante da administração indireta, salvo se obedecidas cláusulas padrão.
- (C) Ocupar cargos de livre exoneração em pessoas da administração direta ou em entidades autárquicas.
- (D) Patrocinar causa em que seja interessada a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal.
- (E) Acumular suas funções com as de um outro cargo ou mandato eletivo.

23. A seguridade social constitucionalmente disciplinada

- (A) é financiada por contribuições a que estão imunes as entidades de assistência social.
- (B) tem como objetivo o caráter democrático da administração, mediante gestão tripartite.
- (C) tem como fonte de receita contribuições, de natureza tributária, que não podem ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que as instituiu.
- (D) tem como objetivo a irredutibilidade da base de financiamento.
- (E) é financiada por contribuições incidentes sobre receita de concursos de prognósticos.

Direito Administrativo

24. Cristina, servidora pública do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, de histórico exemplar, por nunca ter sido sancionada pelo Tribunal, cometeu a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que era de sua responsabilidade. A ação disciplinar concernente à infração praticada por Cristina prescreverá em

- (A) cento e vinte dias.
- (B) dois anos.
- (C) cinco anos.
- (D) três anos.
- (E) cento e oitenta dias.

25. Nos termos da Lei nº 8.666/93, ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, é possível desclassificá-los por motivo relacionado à habilitação

- (A) sempre.
- (B) somente em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- (C) apenas em razão de fatos apenas supervenientes.
- (D) somente em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos até o julgamento.
- (E) somente em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos antes do julgamento.

26. No pregão, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Nessa hipótese, o pregoeiro

- (A) proferirá sua decisão imotivadamente.
- (B) não poderá negociar diretamente com o proponente.
- (C) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço maior.
- (D) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- (E) decidirá motivadamente, sendo, no entanto, tal decisão irrecorrível.

Direito Eleitoral

27. A respeito dos Órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que os

- (A) Ministros do Supremo Tribunal Federal devem ser eleitos para integrar qualquer Tribunal Regional Eleitoral.
- (B) Ministros do Superior Tribunal de Justiça devem ser escolhidos para integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral só devem ser indicados para integrar os Tribunais Regionais Eleitorais.
- (D) Juízes do Tribunal Regional Federal devem ser escolhidos para integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados devem ser eleitos para integrar o Tribunal Superior Eleitoral.



28. Os partidos políticos Alpha, Beta e Delta formaram a Coligação ABD. O partido Delta entendeu, posteriormente, ter ocorrido irregularidade na formação da Coligação que afetou a sua validade. Nesse caso, esse partido poderá, isoladamente, questionar tal validade no processo eleitoral somente

- (A) durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidaturas.
- (B) até a data da convenção.
- (C) após o termo final do prazo para impugnação do registro de candidaturas.
- (D) durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para registro de candidaturas.
- (E) durante o período compreendido entre o termo final para registro de candidaturas e a data da eleição.

29. A responsabilidade pelo pagamento das multas decorrentes da propaganda eleitoral é

- (A) de responsabilidade do Fundo Partidário.
- (B) de responsabilidade exclusiva dos candidatos, não alcançando os respectivos partidos.
- (C) solidária entre todos os partidos que integram a coligação.
- (D) solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, não alcançando outros partidos, ainda que integrantes de uma mesma coligação.
- (E) de responsabilidade exclusiva dos partidos, não alcançando os candidatos, nem outros partidos integrantes da coligação.

30. O estatuto do partido político NÃO pode conter normas sobre

- (A) condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas.
- (B) filiação e desligamento de seus membros.
- (C) tipo e cor do uniforme que poderá ser utilizado pelos seus membros.
- (D) procedimento de reforma do programa e do estatuto.
- (E) critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos de nível municipal, estadual e nacional que compõem o partido.

31. Tício abandonou o serviço eleitoral sem justa causa. A conduta de Tício

- (A) não é crime, nem sujeita o infrator à multa administrativa.
- (B) não é crime, mas sujeita o infrator à multa administrativa.
- (C) é crime eleitoral punido com reclusão.
- (D) é crime eleitoral punido com detenção ou multa.
- (E) é crime eleitoral punido apenas com prestação de serviços à comunidade.

Administração Pública

32. Investigada pelo CADE por prática de cartel em licitações públicas, uma determinada empresa informou que não perdeu funcionário por causa de seu envolvimento no caso de cartel e que o clima organizacional não foi prejudicado. "Afetou positivamente, pois as pessoas sentem-se mais seguras no dia a dia para recusar qualquer tipo de proposta ilegal", afirmou o presidente da filial brasileira.

(Adaptado de: "Espero apuração das responsabilidades". **Valor Econômico**. São Paulo, 22/09/2014)

As denúncias de prática de cartel poderiam ter afetado a empresa, porque o clima organizacional é

- (A) o conjunto de valores relevantes que se tornam importantes para as pessoas e que orientam suas ações.
- (B) expressão da percepção do ambiente organizacional pelos empregados diante dos valores, das práticas de gestão e da postura da empresa.
- (C) caracterizado pela maneira costumeira pela qual a organização lida com seu ambiente, que orienta o dia a dia dos funcionários.
- (D) composto pela mistura de crenças, normas, regras e comportamentos que representam o modo da organização funcionar.
- (E) formado pelos artefatos, valores compartilhados e as pressuposições básicas dominantes na organização.

33. A dificuldade na identificação das competências da organização é um dos desafios da gestão por competências no setor público. Sobre as categorias de competências organizacionais, é correto afirmar que as competências

- (A) essenciais estão relacionadas à vida íntima da organização, características fundamentais da estrutura da empresa.
- (B) pessoais envolvem a mobilização dos processos visando a estruturação de cada departamento.
- (C) de gestão referem-se ao aproveitamento dos recursos organizacionais para obter os melhores resultados.
- (D) organizacionais são a base para o sucesso da empresa, corresponde àquilo que cada organização sabe fazer melhor do que ninguém.
- (E) estratégicas simplificam as operações, enfatizando as habilidades técnicas essenciais à cada processo.

34. A modernização da Administração pública no Brasil demanda mudanças em aspectos culturais associados à gestão, inclusive em relação à temática da liderança e suas implicações sobre o desempenho das instituições públicas. Sobre os estilos de liderança, é correto afirmar:

- (A) Centradas nas pessoas, definem claramente os padrões de trabalho de cada colaborador.
- (B) Visionárias dão total liberdade e participam minimamente na motivação e na tomada de decisão dos colaboradores.
- (C) Centradas nas tarefas tendem a produzir melhores resultados em termos de eficiência e produtividade, principalmente no médio e longo prazo.
- (D) Democráticas tendem a gerar desorganização e insatisfação no grupo, levando a menor produtividade e resultados de menor qualidade.
- (E) Transacionais são baseadas na autoridade, recompensando esforços e desempenho dos colaboradores.



35. São exemplos de instrumentos ou órgãos de controle e/ou de avaliação característicos do setor público, EXCETO:

- (A) Consulta Pública.
- (B) Controladoria Geral do Estado.
- (C) Plano de Metas.
- (D) Corregedoria Geral do Município.
- (E) Terceirização.

36. A contratualização de resultados começou a ser adotada de maneira mais intensa no Brasil a partir da década de 1990. É correto afirmar que a contratualização de resultados

- (A) é um instrumento usado no estabelecimento de metas dentro da Administração Direta.
- (B) requer necessariamente o estabelecimento de um contrato com metas e meios de como alcançá-las.
- (C) prioriza o estabelecimento de metas, característico da administração burocrática.
- (D) avançou mais nas áreas de segurança pública e meio ambiente do que nas demais políticas públicas.
- (E) esteve associada ao movimento de reforma administrativa no plano federal, mas não obteve sucesso nos governos subnacionais.

37. Sobre as convergências e diferenças entre a Administração privada e pública, é correto afirmar que

- (A) os contratos de gestão são característicos do modelo de Administração gerencial, na medida em que levam ao estabelecimento de metas e o alcance de resultados.
- (B) a legalidade, a impessoalidade e a hierarquia são pilares principais tanto da Administração privada, quanto da pública.
- (C) a contratualização de resultados exige uma parceria público-privada para se concretizar.
- (D) o controle por resultados não está relacionado a outras formas de controle, como o social.
- (E) a Administração privada é caracterizada por uma gestão gerencial, baseada no cumprimento de procedimentos e normas, o que é semelhante à Administração pública.

38. A estratégia consiste

- (A) na elaboração de planos, programas e projetos para a implementação das estratégias das organizações.
- (B) em planos capazes de serem executados, ou seja, compreende as metas e tarefas específicas.
- (C) no mapeamento e alinhamento dos objetivos da organização e de seus planos táticos e operacionais, ajustando a percepção do ambiente interno sob as influências do ambiente externo.
- (D) na resolução de problemas de determinado setor, tais como saúde pública, habitação, educação e segurança pública.
- (E) nas estratégias deliberadas, pretendidas, emergentes, realizadas e não realizadas de uma organização.

Administração Financeira e Orçamentária

39. Na elaboração do orçamento público da União, que inclui o TRE/SE, foram adotadas as seguintes medidas:

- I. Não houve consignação de dotação global destinada a atender indiferentemente a despesa de pessoal.
- II. Somente constou matéria relacionada à previsão de receita e fixação de despesa.
- III. Do orçamento constaram todas as receitas e despesas.

Essas medidas correspondem, respectivamente, ao atendimento aos princípios orçamentários da

- (A) exclusividade, orçamento bruto e universalidade.
- (B) especificação, exclusividade e universalidade.
- (C) exclusividade, especificação e anualidade.
- (D) especificação, exclusividade e anualidade.
- (E) especificação, anualidade e universalidade.

40. Durante a execução do orçamento da União referente ao exercício de 2015, foi verificado que não houve dotação suficiente para determinada despesa. Para tanto, foi aberto crédito adicional e utilizado como fonte de recurso o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. O crédito adicional adequado ao caso e a fonte de recurso utilizada são, respectivamente,

- (A) suplementar e excesso de arrecadação.
- (B) especial e excesso de arrecadação.
- (C) suplementar e superávit financeiro.
- (D) especial e produto de operação de crédito.
- (E) suplementar e produto de operação de crédito.

41. Sobre a despesa pública é correto afirmar que

- (A) as inversões financeiras e as despesas de custeio são classificadas como despesas correntes.
- (B) é vedado consignar dotação à unidade administrativa subordinada ao mesmo órgão.
- (C) o material permanente é aquele de duração igual ou superior a um ano.
- (D) é possível a concessão de subvenção à empresa de fins lucrativos, desde que tenha sido expressamente autorizada em lei especial.
- (E) sua discriminação na lei do orçamento será feita, no mínimo, por categoria econômica.

42. Considere os seguintes atos administrativos:

- I. O TRE/SE planejou a compra de computadores.
- II. Após obedecidos os tramites legais, foi definido o fornecedor.
- III. Foi emanado ato por autoridade competente que criou para o TRE/SE a obrigação de pagamento.
- IV. Foi verificado o direito adquirido pelo credor, tendo por base a nota fiscal de fornecimento dos computadores, comprobatória do respectivo crédito.
- V. Foi exarado despacho por autoridade competente, determinando o pagamento da despesa.

A fase da despesa conhecida como "liquidação" ocorreu no ato especificado no item

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.



43. Considere a seguinte legenda: PPA – Plano Plurianual; LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias; LOA – Lei Orçamentária Anual.

- I. Critérios e forma de limitação de empenho na hipótese legal.
- II. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- III. Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, esses conteúdos de planejamento devem constar, respectivamente, de

- (A) LDO, LOA e PPA.
- (B) LOA, LOA e LDO.
- (C) LDO, LDO e LOA.
- (D) LOA, LDO e PPA.
- (E) LDO, LDO e LDO.

44. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece os limites percentuais para a despesa com pessoal. No caso do Poder Judiciário Federal, esse cálculo deve ser feito dividindo os gastos com pessoal sobre

- (A) o superávit financeiro do exercício anterior.
- (B) a despesa com pessoal do exercício anterior.
- (C) a receita corrente líquida da União, apurada no mesmo período.
- (D) o montante de gastos com terceirização de mão de obra apurada no exercício anterior.
- (E) os resultados nominal e primário apurados no mesmo período.

45. Considere os seguintes itens:

- I. Registro próprio para disponibilidade de caixa.
- II. Despesa registrada pelo regime de competência.
- III. Assunção de compromisso registrada pelo regime de caixa.
- IV. Exclusão de operações intragovernamentais no caso de demonstração conjunta.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, constitui regra para a escrituração e consolidação da contabilidade pública o constante em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

Noções de Direito Civil

46. A Lei nova "A" estabeleceu disposições gerais a par das já existentes. A Lei nova "B" estabeleceu disposições especiais a par das já existentes. Nestes casos, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- (A) as Leis "A" e "B" não revogam e nem modificam a lei anterior.
- (B) as Leis "A" e "B" revogam e modificam a lei anterior.
- (C) apenas a Lei "B" revoga e modifica a lei anterior.
- (D) apenas a Lei "A" revoga e modifica a lei anterior.
- (E) as Leis "A" e "B" não revogam a lei anterior, mas a modificam.

47. Camila possui 17 anos e passará a exercer emprego público efetivo no mês que vem. Considerando que ela completará 18 anos no dia 1 de Abril de 2016 e que está com casamento marcado para o dia 21 de Dezembro de 2015, neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, sua incapacidade civil cessará

- (A) somente com o casamento.
- (B) apenas quando ela completar 18 anos.
- (C) com o exercício de emprego público efetivo.
- (D) em trinta dias a contar da data do seu casamento.
- (E) com a autorização judicial necessária para o seu casamento.

48. No tocante aos direitos da personalidade, considere:

- I. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis.
- II. Em regra, o exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária.
- III. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- IV. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não haja intenção difamatória.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

Noções de Direito Processual Civil

49. No tocante aos procuradores, considere:

- I. Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição. Neste caso, o advogado se obrigará, mediante caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 10 dias, prorrogável até outros 10, por despacho do juiz.
- II. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.
- III. A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.



50. Manoela, perita judicial, prestou informações inverídicas dolosamente em perícia contábil na qual foi legalmente nomeada pelo magistrado para atuar. Neste caso, Manoela

- (A) ficará inabilitada por dois anos, a funcionar em outras perícias.
- (B) ficará inabilitada a funcionar em outras perícias por prazo indeterminado.
- (C) não ficará inabilitada a funcionar em outras perícias, uma vez que sofrerá apenas a sanção que a lei penal estabelecer.
- (D) não ficará inabilitada a funcionar em outras perícias, uma vez que sofrerá apenas a sanção que a lei penal estabelecer, bem como responderá pelos prejuízos que causar.
- (E) ficará inabilitada por cinco anos, a funcionar em outras perícias.

51. Segundo as normas estabelecidas no Código de Processo Civil brasileiro, nas hipóteses de morte do procurador do autor, o juiz marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de

- (A) trinta dias, findo o qual o juiz nomeará curador especial para defender os interesses do autor, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento.
- (B) vinte dias, findo o qual extinguirá o processo sem julgamento do mérito se o autor não nomear novo mandatário, exceto se iniciada a audiência de instrução e julgamento.
- (C) trinta dias, findo o qual extinguirá o processo sem julgamento do mérito se o autor não nomear novo mandatário, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento.
- (D) vinte dias, findo o qual extinguirá o processo sem julgamento do mérito se o autor não nomear novo mandatário, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento.
- (E) trinta dias, findo o qual o juiz nomeará curador especial para defender os interesses do autor, exceto se iniciada a audiência de instrução e julgamento.

Noções de Direito Penal

52. Patrício, funcionário público, atuando em um cartório de determinada Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, exige a quantia de R\$ 50.000,00 em dinheiro de Ourives, candidato a Vereador em um pleito eleitoral, para não formalizar a apreensão de material de propaganda irregular e compra de votos promovida por meio de entrega de cestas básicas a populares do município, tudo praticado durante o período eleitoral. Neste caso, o funcionário público Patrício cometeu crime de

- (A) corrupção passiva.
- (B) excesso de exação.
- (C) concussão.
- (D) prevaricação.
- (E) peculato.

53. Tício, primário e de bons antecedentes, é denunciado e regularmente processado por crime de falsificação de documento público (artigo 297, do Código Penal). Após o encerramento da regular instrução do feito, Tício é condenado a cumprir pena de 3 anos e 6 meses de reclusão. Neste caso o Magistrado, presentes os demais requisitos legais,

- (A) poderá substituir a pena privativa de liberdade por multa ou por uma pena restritiva de direitos.
- (B) não poderá substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos uma vez que a pena fixada impede o benefício.
- (C) poderá substituir a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos e multa ou duas penas restritivas de direitos.
- (D) poderá substituir a pena privativa de liberdade apenas por duas penas restritivas de direitos diante da pena cominada.
- (E) poderá substituir a pena privativa de liberdade por três penas privativas de liberdade.

54. Sobre a extinção da punibilidade, nos termos preconizados pelo Código Penal, é correto afirmar que

- (A) no caso de revogação do livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
- (B) o prazo prescrição é reduzido de metade quando o criminoso era, ao tempo da sentença, maior de 60 anos de idade.
- (C) a sentença que conceder ao réu o perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.
- (D) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a somatória das penas cominadas aos crimes.
- (E) tratando-se de pena de multa, a única aplicada ao réu, o prazo prescricional é de 3 anos.

Noções de Direito Processual Penal

55. Analise as seguintes situações hipotéticas sobre indivíduos indiciados, primários e de bons antecedentes:

- I. Rodrigo cometeu crime de resistência, com pena de detenção de 2 meses a 2 anos.
- II. Paulo cometeu crime de peculato culposo, com pena de detenção de 3 meses a 1 ano.
- III. Ricardo cometeu crime de coação no curso do processo, com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.
- IV. Suzete cometeu crime de favorecimento pessoal, com pena de detenção de 1 a 6 meses e multa.

Nos termos estabelecidos pela Lei nº 9.099/95 poderão ser beneficiados com a transação penal

- (A) Paulo, apenas.
- (B) Paulo e Suzete, apenas.
- (C) Rodrigo, Paulo, Ricardo e Suzete.
- (D) Suzete, apenas.
- (E) Rodrigo, Paulo e Suzete, apenas.



56. Manoel e Joaquim estão sendo processados acusados da prática de crime de concussão contra a vítima José. No curso da ação penal, José pretende intervir como Assistente do Ministério Público, assim como o corréu Joaquim. Nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal,
- (A) o despacho que não admitir o assistente é recorrível através de recurso em sentido estrito.
 - (B) o corréu não poderá intervir como assistente do Ministério Público.
 - (C) o assistente será admitido enquanto não for prolatada a sentença em primeiro grau e receberá a causa no estado em que se achar.
 - (D) o Ministério Público não será ouvido previamente sobre a admissão do assistente.
 - (E) ao assistente não é permitido propor meios de prova.
-
57. Sobre o recurso em sentido estrito, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, não terá efeito suspensivo, em regra, o recurso interposto contra decisão que
- (A) conceder a ordem de *habeas corpus*.
 - (B) julgar a apelação deserta.
 - (C) decidir sobre unificação de penas.
 - (D) decretar a perda da fiança.
 - (E) conceder livramento condicional.
-

Atribuições do Chefe de Cartório

58. João é chefe de um cartório eleitoral em Sergipe onde Thiago é servidor do respectivo cartório e Wanderlei, juiz eleitoral. Diante dessa situação e de acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, é correto afirmar que compete ao
- (A) Wanderlei encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral a frequência apenas de João.
 - (B) João encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral a frequência apenas de Thiago.
 - (C) Thiago encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral a frequência apenas de Wanderlei.
 - (D) João encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral as frequências de Thiago e de Wanderlei.
 - (E) Thiago encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral a frequência apenas de Wanderlei.
-
59. De acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, compete aos Chefes de Cartório:
- (A) Proporcionar os meios necessários à realização de inspeções e correições, bem como praticar os atos relativos à Correição Ordinária no prazo e forma determinados, sob a presidência de um Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, além de atualizar os dados do cadastro de zonas eleitorais sempre que as informações ali constantes sofrerem alterações, conferindo-os mensalmente.
 - (B) Observar o cumprimento do horário de funcionamento do Cartório, além de comunicar mensalmente à Corregedoria Regional Eleitoral, em documento próprio, as ocorrências relativas às inscrições eleitorais, fazendo as anotações devidas.
 - (C) Zelar pela economia do material de consumo e pela conservação do material temporário, equipamentos e instalações, além de comunicar anualmente à Corregedoria Geral da Justiça, em documento próprio, as ocorrências relativas às inscrições eleitorais, fazendo as anotações devidas.
 - (D) Comunicar mensalmente à Corregedoria Geral da Justiça, em documento próprio, as ocorrências relativas às inscrições eleitorais, fazendo as anotações devidas, além de atualizar os dados do cadastro de zonas eleitorais sempre que as informações ali constantes sofrerem alterações, conferindo-os anualmente.
 - (E) Atualizar os dados do cadastro de zonas eleitorais sempre que as informações ali constantes sofrerem alterações, conferindo-os anualmente, além de controlar o uso adequado das linhas telefônicas à disposição do cartório eleitoral, encaminhando tempestivamente os relatórios pertinentes à Corregedoria Regional Eleitoral mensalmente.
-
60. Marcelo, chefe de um cartório eleitoral em Sergipe, acessa o e-mail da Zona Eleitoral uma vez ao dia, no momento em que chega ao seu local de trabalho, e executa as determinações nele contidas até 150 dias antes das eleições. De acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, essa informação é
- (A) incorreta, pois Marcelo deve acessar o *e-mail* da zona eleitoral, no mínimo, três vezes ao dia, no início, no meio e no final do expediente, executando as determinações contidas nos expedientes ali disponibilizados até o dia 30 de novembro.
 - (B) correta, pois Marcelo deve acessar o *e-mail* da zona eleitoral, no mínimo, uma vez ao dia, sempre no início do expediente, executando as determinações contidas nos expedientes ali disponibilizados até 150 dias antes das eleições.
 - (C) incorreta, pois Marcelo deve acessar o *e-mail* da zona eleitoral, no mínimo, duas vezes ao dia, no início e no final do expediente, executando prontamente as determinações contidas nos expedientes ali disponibilizados.
 - (D) correta, pois Marcelo deve acessar o *e-mail* da zona eleitoral, no mínimo, uma vez ao dia, sempre no final do expediente, executando as determinações contidas nos expedientes ali disponibilizados até 150 dias antes das eleições.
 - (E) incorreta, pois Marcelo deve acessar o *e-mail* da zona eleitoral, no mínimo, duas vezes ao dia, no início e no final do expediente, executando as determinações contidas nos expedientes ali disponibilizados até 150 dias antes das eleições.
-

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo 10, itens:

“10.5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.6. A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação pela Banca Examinadora. 10.7. Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota** igual ou superior a **5 (cinco) pontos**.”

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.

I

Em uma sociedade em que o sucesso ou o fracasso do indivíduo em acirrada competição configura-se como seu supremo objetivo, o exercício de seus deveres e responsabilidades como cidadão é considerado como perda de tempo e energia.

II

Para o pensador Richard Sennett, passamos a viver numa sociedade ensimesmada, voltada para dentro de si mesma, guiada pelo código do narcisismo. Nessa sociedade, o mundo público só despertaria a nossa atenção se pudesse oferecer alguma gratificação pessoal. Como isso não é possível, então ele se torna desagradável e tedioso. Por essa razão, na tentativa de descobrir aquilo que uma pessoa ou acontecimento significa para o "eu", passa-se a dar muito mais importância à vida particular do que à vida pública.

Esse comportamento, transposto para o campo político, faz com que o eleitor esteja muito mais interessado na vida privada do político do que na sua ideologia, seus programas e suas propostas de governo. Esse é o resultado do que Sennett chama de superposição do imaginário privado ao imaginário público.

III

A vida política não depende somente das instituições, mas também pode residir na indignação e na discordância dos cidadãos.

(Adaptado de: NASCIMENTO, Luiz Miguel do. Disponível em: <http://www.pucsp.br/margem/pdf/m15l1mn.pdf>)

Considerando o que se afirma em I, II e III, redija um texto dissertativo-argumentativo justificando amplamente seu ponto de vista.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	